



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
Estado de São Paulo  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO



**– LEI Nº 4.613, DE 22 DE MAIO DE 2014 –**

*“Autoriza o SAEP a celebrar acordos para recebimento, mediante pagamento à vista ou parcelado, de créditos tributários e não tributários inscritos em Dívida Ativa, nas condições que estabelece, e dá outras providências”....*

**A CÂMARA DE VEREADORES APROVA E A PREFEITA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:**

Art. 1º Fica o Serviço de Água e Esgoto de Pirassununga - SAEP, autorizado a celebrar acordos para o recebimento de créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa, ajuizados ou não, mediante pagamento à vista ou em parcelas mensais e sucessivas na forma da presente Lei.

Art. 2º Fica o SAEP autorizado a celebrar, entre o 1º dia útil do mês de janeiro até o 5º dia útil do mês de dezembro de cada exercício financeiro, acordos para o recebimento de créditos tarifários e não tributários inscritos em Dívida Ativa, ajuizados ou não, mediante pagamento à vista ou em parcelas mensais e sucessivas.

§ 1º Aplicam-se aos acordos celebrados na forma deste artigo todas as demais regras estabelecidas na presente Lei.

§ 2º Para ter direito ao parcelamento na forma da lei, não poderá o consumidor possuir débitos no exercício vigente.

§ 3º O vencimento da primeira parcela ficará a critério de escolha do contribuinte, dentro dos critérios estabelecidos em Decreto, não podendo ser em prazo superior de 30 (trinta) dias da homologação do pedido de parcelamento, sendo que as parcelas subsequentes vencerão mensalmente.

Art. 3º O Termo de Confissão da Dívida e Parcelamento de Débito será realizado da seguinte forma:

I - para pagamento a vista, exclusão de 70% (setenta por cento) de multa e 50% (cinquenta por cento) de juros.

II - para pagamento em parcelas mensais e consecutivas, da seguinte forma:



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
**Estado de São Paulo**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



a) de 01 a 24 parcelas: incidência de 0,50% (zero vírgula cinquenta por cento) de juros remuneratórios mensais;

Parágrafo único. O Poder Executivo regulamentará no prazo de até 30 (trinta) dias os demais procedimentos para a formalização do Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento do Débito.

Art. 4º A realização do Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito implica no reconhecimento irrevogável e irretroatável do débito, bem como na desistência de recursos administrativos ou judiciais em andamento, e na renúncia à interposição de qualquer medida administrativa ou judicial para a discussão dos valores confessados.

Art. 5º Para os débitos já executados, a procuradoria do órgão exequente deverá requerer ao juízo competente a suspensão da execução fiscal durante o cumprimento do acordo.

§ 1º Os honorários de sucumbência dos procuradores deverão ser incluídos no acordo de parcelamento.

§ 2º Cumprido o acordo, será requerida a extinção do processo de execução pela procuradoria do órgão exequente.

Art. 6º O valor de cada parcela não poderá ser inferior ao valor de uma conta de água de consumo mínimo vigente.

§ 1º Na hipótese de pagamento integral antecipado do acordo de parcelamento, os juros remuneratórios mencionados no inciso II do artigo 3º serão deduzidos proporcionalmente em relação ao número de parcelas vincendas antecipadas.

§ 2º Em qualquer caso, a primeira parcela poderá ser de qualquer valor e seu pagamento deverá ocorrer no ato da efetivação do Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento do Débito.

§ 3º As datas de vencimento disponíveis para o pagamento das demais parcelas, cuja opção será exercida pelo contribuinte, serão definidas em Decreto pelo Poder Executivo.

§ 4º O pagamento das parcelas após o seu vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimentos em finais de semana e feriados, será acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
**Estado de São Paulo**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**



Art. 7º O Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito será rescindido independentemente de notificação ao contribuinte, nos seguintes casos:

- I - Falta de pagamento de 3 (três) parcelas;
- II - Atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de qualquer parcela;
- III - Quando houver a inscrição em dívida ativa de qualquer débito relativo ao contribuinte durante a vigência do acordo;
- IV - Falência da pessoa jurídica devedora.

Parágrafo único. Para aplicação do inciso III, entende-se como contribuinte somente as inscrições municipais relacionadas aos débitos objetos do Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito.

Art. 8º O contribuinte que tiver seu Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito rescindido pela ocorrência do disposto nos incisos I, II ou III do artigo anterior, terá direito, por uma única vez, ao reparcelamento do saldo remanescente, computados os acréscimos resultantes da mora.

Art. 9º O acordo rescindido importará no vencimento antecipado das parcelas restantes e faculta ao encaminhamento para execução judicial do saldo devedor, sem prévio aviso ou notificação ao contribuinte.

Art. 10 Efetuada a inclusão do débito no Termo de Confissão de Dívida e Parcelamento de Débito, suspende-se a sua exigibilidade, ressalvada a hipótese de inadimplência, ficando assegurado ao contribuinte o direito à obtenção de certidões na forma prevista pelo Código Tributário Nacional, Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966.

### **Disposições Finais e Transitórias**

Art. 11 Os contribuintes que realizaram acordo para parcelamento de débitos pelas regras estabelecidas anteriormente à vigência da presente Lei, poderão aderir à nova metodologia; nesta hipótese os redutores serão calculados sobre o saldo residual.

Art. 12 Os acordos celebrados na forma da presente Lei serão extintos pelo pagamento ou pela compensação, conforme previsto no Artigo 11 da Lei Complementar



**PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRASSUNUNGA**  
Estado de São Paulo  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO




Municipal nº 81, de 28 de dezembro de 2007, o Código Tributário do Município de Pirassununga.

Art. 13 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas eventuais disposições em contrário.

Pirassununga, 22 de maio de 2014.

  
- CRISTINA APARECIDA BATISTA -  
Prefeita Municipal

Publicada na Portaria.  
Data supra.

  
DANIEL GASPAR.  
Secretário Municipal de Administração.  
dag.